



A RELEVÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE À INCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E DE RISCO AMBIENTAL NAS CRECHES DE TEMPO INTEGRAL

Ana Silvia Duarte Nunes; Thelma Helena Costa Chahini

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – aninhaduarte_5@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão – thelmachahini@hotmail.com

Resumo:

De acordo com as diretrizes educacionais sobre estimulação precoce, o emprego de programas de estimulação precoce pode prevenir e/ou atenuar possíveis atrasos e defasagens no desenvolvimento infantil. E muitas crianças, hoje com deficiência, poderiam ter tido um desenvolvimento normal, se tivessem recebido, efetivamente, medidas de prevenção. Nesse contexto, questiona-se os profissionais da educação infantil encontram-se preparados para operacionalizar a estimulação precoce em crianças com deficiência e/ou com risco ambiental nas creches municipais de tempo integral em São Luís do Maranhão. Teve-se por objetivo primário investigar se os profissionais da educação infantil encontram-se preparados para operacionalizar a estimulação precoce em crianças com deficiência e/ou de risco ambiental nas creches municipais de tempo integral em São Luís do Maranhão. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva em uma creche pública municipal de tempo integral em São Luís do Maranhão. No total, foram 17 participantes. Sendo 13 docentes, 03 coordenadores e 01 gestor. Dentre esses, 16 pertencem ao sexo feminino e 01 ao masculino. A média de tempo de serviço dos participantes na área de Educação Infantil é de 13 anos. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro contendo 06 perguntas. Os dados revelam que a maioria dos profissionais da instituição pesquisada não se encontrava qualificada, adequadamente, para trabalhar com a estimulação precoce em crianças com deficiência e/ou com risco ambiental. A falta e/ou carência de formação especializada para trabalhar com crianças que necessitam de uma atenção diferenciada, estava dificultando e/ou negligenciando a operacionalização da estimulação precoce nas referidas crianças.

Palavras-chave: Estimulação Precoce, Crianças, Deficiência, Inclusão.

Introdução:

A Estimulação Precoce (EP) é um conjunto de ações psicomotoras cuja finalidade visa oferecer à criança estímulos fundamentais, que possibilitem desenvolver as habilidades necessárias para um crescimento sadio. É destinada a crianças desde o nascimento até os primeiros anos de

vida, sendo fundamental na vida de qualquer criança, com ou sem deficiência para que em cada fase ela possa atingir o máximo do seu potencial e desenvolver as habilidades necessárias para o seu desenvolvimento integral. Para tanto é necessário que a criança na convivência com as pessoas, experimente coisas, vivencie situações com oportunidades



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

adequadas que propiciem à ela, experiências necessárias para desenvolver o máximo de sua capacidade física, mental, emocional e social (PÉREZ-RAMOS & PÉREZ-RAMOS, 1996).

A expressão “Estimulação Precoce” ou como alguns definem “Estimulação Essencial” originou-se do Inglês “*Early Stimulation*” ou “*Early Intervention*”, e do espanhol “*Estimulación Temprana*” e “*Estimulación Prezoz*”, outros conceitos como “Intervenção Precoce” e “Educação precoce”, também são aceitos (SAFAR, 2011). Alguns autores usam a terminação “estimulación ecológica”, que significa uma estimulação que envolve todas as necessidades desde o nascimento, continuando pela idade pré-escolar e escolar (ARRIAGADA, 1978). O termo em português não traduz o sentido exato dos termos em inglês e espanhol (RAMOS, 1978).

Há muita divergência entre os autores na questão da definição e da nomenclatura. Alguns passaram a usar a expressão “Estimulação Essencial”, acreditando ficar mais claro o seu significado, assim, evitando ambiguidades, apesar de que “Essencial”, não explicar exatamente o que significa. Em contrapartida, o termo “precoce” é adotado pela grande maioria de profissionais da área por definir melhor seu objetivo e preservar na sua essência, a natureza preventiva e por ser conhecido internacionalmente (BRASIL,

1995). O termo “precoce” se adapta melhor por se aproximar mais do sentido dado à Estimulação Precoce, “tendo em vista o caráter preventivo que o atendimento de estimulação enfoca agindo antecipadamente, quer evitando a deficiência, quer minimizando seus efeitos” (SAFAR, 2011, p.3). Segundo Marinho, precoce quer dizer: “o mais cedo possível” (MARINHO, 1976, p.71).

No caso dos termos em espanhol, “*temprana*” em vez de “*precoz*” é mais qualificável, pois evita interpretações erradas como, por exemplo, a de que os programas de estimulação precoce proporcionam às crianças experiências precoces antes da maturidade neurofisiológica com a intenção de torná-los precoces, superiores ao normal, adquirindo conhecimentos que não estejam apropriados para sua idade neurobiológica (ARRIAGADA, 1978).

A EP é fundamental para a criança em seus primeiros anos de vida, principalmente para as que não receberam os estímulos necessários e atenção às suas necessidades de desenvolvimento físico e cognitivo. É importante ressaltar que cada criança tem seu ritmo próprio de desenvolvimento seguindo determinados padrões evolutivos comuns a todas, mas se uma criança não responde aos estímulos deve-se proporcionar, com cuidado, atividades que irão desenvolver sua capacidade de forma crescente. Da mesma



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

forma, a criança que já tenha superado o desenvolvimento para sua etapa, pode-se estimulá-la para que ela avance para a etapa seguinte, portanto a estimulação precoce deve ser flexível, ou seja, adaptada para cada necessidade pessoal e características individuais, devendo ser aplicada de acordo com a idade e desenvolvimento da criança. A EP está nas preocupações educativas, preventivas e curativas (HERREN & HERREN, 1986).

De acordo com as diretrizes educacionais sobre estimulação precoce (BRASIL, 1995), o emprego de programas de estimulação precoce pode prevenir e/ou atenuar possíveis atrasos e defasagens no desenvolvimento infantil. E muitas crianças, hoje com deficiência, poderiam ter tido um desenvolvimento normal, se tivessem recebido, efetivamente, medidas de prevenção.

A infância é caracterizada pela mudança de comportamento, influenciada pelos fatores biológicos e pelo meio ambiente, portanto, é fundamental que todo profissional que trabalhe com a EP tenha conhecimento das sucessivas mudanças física e cognitiva do desenvolvimento infantil, ou seja, sua prática deve ser pautada no conhecimento científico. O conhecimento das etapas do desenvolvimento infantil proporciona aos profissionais da área da EP, possibilidades de

aplicar os estímulos corretos para cada fase da criança.

As crianças de alto risco são aquelas com carência de estímulos sensoriais e afetivos denominado de “privação psicossocial” ou “cultural”. Estas condições estão associadas a vários fatores como: pobreza, abandono, mau desenvolvimento físico, carência afetiva pelo déficit sensorial e intelectual etc. (PÉREZ-RAMOS & PÉREZ-RAMOS, 1996). A Estimulação Precoce destina-se a crianças nos seus primeiros anos de vida que tenham atraso no desenvolvimento ou que sejam consideradas de risco ambiental.

Para Arriagada (1978), o fato de a estimulação estar destinada a crianças nos primeiros anos de vida, não significa dizer que seu desenvolvimento está assegurado, significando que é necessário estimular em idades posteriores também. A EP é indicada para crianças com anomalia física, surdas, cegas, prematuras, crianças com trissomia 21 e crianças com dificuldades no desenvolvimento (HERREN & HERREN, 1986).

Os benefícios envolvem não só as crianças com deficiência intelectual, mas todas as crianças com distúrbios no desenvolvimento e as crianças de alto risco (PÉREZ-RAMOS & PÉREZ-RAMOS, 1996). Sua importância está tanto na manutenção do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

desenvolvimento psicomotor, como também estimula o desenvolvimento integral das crianças com ou sem necessidades especiais e ainda àquelas sujeitas à aquisição de distúrbios. Entenda-se “psicomotor”, como designação de dois aspectos: a adaptação do organismo ao meio que desenvolve o raciocínio e a socialização, uma realização de seus desejos, uma junção entre movimentos e sentidos, de ações desejadas e sofridas onde a maturação e o neuromotor ocupam lugar fundamental durante o desenvolvimento da criança nos seus primeiros anos de vida (HERREN & HERREN, 1986).

A estimulação baseia-se em motivar e impulsionar a criança a realizar atividades de sua própria vontade e iniciativa, objetivando que a mesma alcance as condições necessárias e favoráveis ao seu desenvolvimento de acordo com as suas limitações e possibilidades físicas e motoras, ou seja, no tempo certo e correspondente à idade (TISI, 2010).

Espera-se que a estimulação crie condições facilitadoras de desenvolvimento, proporcionando na criança, pelo seu próprio interesse, uma mobilização através das brincadeiras para o desenvolvimento das atividades social e afetiva com o adulto, produzindo uma resposta do seu esforço para que se alcance um determinado objetivo.

A estimulação precoce começa no meio familiar e é indispensável à interação mãe-filho. Esse apoio afetivo, juntamente com estímulos de coisas e pessoas ao redor, irão proporcionar à criança o desenvolvimento cognitivo e motor necessários e fundamentais para um crescimento saudável. A EP propõe o desenvolvimento integral levando em conta suas especificidades, ou seja, suas diferenças em relação às crianças sem deficiência, com o intento de prevenir ou minimizar os efeitos das mesmas. A importância da estimulação precoce está na prevenção da aquisição dessas deficiências, não só nos primeiros anos de vida, como também nos anos posteriores, proporcionando a essas crianças que são provenientes de lares empobrecidos ou crianças que apresentam retardo em seu desenvolvimento psicomotor, um desenvolvimento mais equilibrado e sadio, diminuindo ou prevenindo a intensidade dos distúrbios (RAMOS, 1978).

Segundo as Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce, os resultados de experiências clínicas, pedagógicas e de diversos estudos ao longo de décadas concluíram entre outros, que: “A carência, a inadequação, inclusive a sobrecarga de estimulação nos primeiros anos de vida, diminuem o ritmo natural do processo evolutivo infantil, aumentando também o distanciamento dos padrões do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

desenvolvimento físico, sensório-perceptivo, motor, socioafetivo, cognitivo e da linguagem.” (BRASIL, 1995, p.7).

Ressalta-se que os efeitos de estímulos inapropriados, excessivos ou a ausência destes, terão impactos negativos e podem ocasionar atraso no desenvolvimento cognitivo e motor da criança, intensificando distúrbios, ou proporcionando situações de sensibilidade para a ocorrência de deficiências mentais, motoras, auditivas ou visuais.

O presente estudo, portanto, justifica-se pela necessidade de a estimulação precoce, fundamentada na literatura, ser facilitador da aprendizagem, ser preventiva ou atenuante das deficiências e/ ou transtornos adquiridos durante o desenvolvimento da criança, como também pela importância desses estímulos nas fases do desenvolvimento infantil, pois é nos primeiros anos de vida que ocorrem transformações essenciais durante a aquisição de habilidades que determinarão a qualidade de vida da criança, beneficiando a sociedade como um todo.

Diante do exposto questionou-se como vinha ocorrendo a estimulação precoce em crianças de risco ambiental e/ou com deficiência nas creches municipais de tempo integral em São Luís do Maranhão?

Levantou-se como hipótese que a estimulação precoce em crianças de risco ambiental e/ou com necessidades especiais

não vinha ocorrendo adequadamente devido a carência de uma equipe multidisciplinar capacitada para trabalhar com a EP. Para tanto, foi feito o mapeamento das creches, a identificação de Programas de EP, a caracterização das crianças com necessidades especiais, como também a observação e descrição das concepções e intervenções dos profissionais com base nos resultados das entrevistas acerca da necessidade e importância da EP em crianças de risco ambiental e/ ou com NE.

Para dar conta de responder ao problema levantado, elencou-se como objetivo primário investigar como vinha ocorrendo a estimulação precoce em crianças de risco ambiental e/ ou com deficiência nas creches municipais de tempo integral em São Luís/MA.

Metodologia:

Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva em uma creche pública municipal de tempo integral em São Luís do Maranhão. No total, foram 17 participantes. Sendo 13 docentes, 03 coordenadores e 01 gestor. Dentre esses, 16 pertencem ao sexo feminino e 01 ao masculino. A média de tempo de serviço dos participantes na área de Educação Infantil é de 13 anos.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro contendo 06 perguntas. Os dados foram coletados dentro da instituição pesquisada. Após o mapeamento e a identificação dos participantes, agendavam-se as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos participantes. No dia agendado, explicavam-se os objetivos da pesquisa e após o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes, os dados eram coletados, individualmente, em uma sala que foi disponibilizada para este fim.

Resultados e Discussão:

Em relação à questão sobre o que entendiam por Estimulação Precoce (EP), a maioria dos participantes (85%) respondeu de acordo com as Diretrizes Educacionais sobre EP, que tem como objetivo proporcionar experiências significativas para o desenvolvimento da criança de forma global (BRASIL, 1995).

Nesse sentido, a estimulação baseia-se em motivar e impulsionar a criança a realizar atividades de sua própria vontade e iniciativa, objetivando que ela alcance as condições necessárias e favoráveis ao seu desenvolvimento de acordo com suas limitações e possibilidades físicas e motoras,

ou seja, no tempo certo e correspondente a faixa etária (TISI, 2010).

Quando perguntou-se aos participantes se já haviam recebido alguma formação e/ou treinamento em relação à estimulação precoce, a maioria (85%) respondeu que tinham recebido formação por meio do Programa de Neurociência denominado “Ativamente”, implementado no ano de 2013, na instituição.

Em relação à questão sobre quais eram os objetivos do programa de Estimulação Precoce, os participantes foram unânimes ao ressaltar que a EP visa o desenvolvimento integral da criança.

Diante dos fatos, cita-se Naranjo (1981), ao enfatizar que crianças estimuladas desde o nascimento alcançam um melhor desenvolvimento do sistema nervoso e um equilíbrio adequado em seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional.

No questionamento se se sentiam qualificados para a operacionalização da estimulação precoce nas crianças da creche, a maioria (70%) respondeu que sim, mas quando se fez a mesma pergunta em relação às crianças com deficiência e/ou as de risco ambiental, a maioria das professoras (90%) relatou que não possuíam formação adequada para trabalhar com as referidas crianças. Exceto a professora da sala de recursos,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nenhuma outra possuía conhecimentos adequados na área de educação especial.

Ainda sobre à questão da qualificação profissional em relação a estimulação precoce, foi verificado que muitos relatos encontravam-se apenas embasados pelos anos que já trabalhavam com crianças e não por possuírem conhecimentos científicos, teórico-práticos na área, bem como apresentavam fragilidades na aquisição de maiores conhecimentos sobre o desenvolvimento de crianças na primeira infância.

O que se torna necessário destacar Herren e Herren (1986, p. 17) ao afirmarem que “toda pessoa a quem for confiada a responsabilidade de indicar, de contraindicar, de organizar, de supervisionar a utilização do programa, deveria conhecer a psicologia da primeira infância”.

No questionamento sobre quais eram os profissionais que trabalhavam com a estimulação precoce na creche pesquisada, apenas um participante relatou que a EP era desenvolvida por uma equipe multidisciplinar composta por 3 profissionais (Fonoaudiologista, Terapeuta Ocupacional e Pedagogo), que realizavam avaliações, intervenções e os atendimentos. Os demais participantes relataram que a EP vinha sendo executada pelas próprias docentes e, em alguns casos, pelas coordenadoras e pelo gestor da creche.

Nesse contexto, apesar da sinalização da participação de uma equipe multidisciplinar, os dados demonstram que, na maioria das vezes, são as próprias docentes que executam a estimulação precoce, na creche.

Diante dos fatos, se faz importante ressaltar que de acordo com as diretrizes educacionais sobre estimulação precoce essa “equipe ideal” tem que ter uma abordagem transdisciplinar, com profissionais das áreas humana, social, médica e técnica (BRASIL, 1995).

Quanto a participação da família no processo de estimulação precoce das crianças, um pouco mais da metade dos participantes (54%) informou que há participação da família no processo, os demais afirmaram que não há participação da família.

Os estudos de Martins e Moser (1996) e de Cabral (1998) ressaltam que a participação ativa da família e/ou de familiares no processo de estimulação precoce é essencial ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e psicomotor das crianças, principalmente das que apresentam algum risco ambiental e/ou alguma desvantagem nas áreas abordadas, bem como na prevenção de possíveis deficiências.



Conclusões:

Retornando aos objetivos pretendidos, ficou evidente que a maioria dos profissionais da instituição pesquisada não se encontrava qualificada, adequadamente, para trabalhar com a estimulação precoce em crianças com deficiência e/ou de risco ambiental. Observou-se que a falta de formação especializada para trabalhar com crianças que necessitam de uma atenção diferenciada, estava dificultando e/ou negligenciando a operacionalização da estimulação precoce nas referidas crianças.

Ficou evidente a não participação efetiva dos pais no desenvolvimento do programa de estimulação precoce. Nesse sentido, cabem aos profissionais da instituição de Educação Infantil desenvolver programas de conscientização e/ou de motivação à participação ativa das famílias e/ou dos familiares para que haja êxito nos alcances dos objetivos da estimulação precoce em relação ao desenvolvimento global das crianças.

Registra-se a importância de se olhar com mais seriedade à formação de profissionais que trabalham com o universo infantil. As creches devem exigir e/ou selecionar para os seus quadros de funcionários, profissionais que possuam qualificação adequada para o cargo, que

sejam especialistas em desenvolvimento e aprendizagem humana e não apenas possuir habilidades de cuidadores de crianças.

Espera-se ter contribuído para uma maior visibilidade em relação à qualificação profissional para o processo de inclusão de crianças nas instituições de Educação Infantil, visando a garantia de atendimento profissional que possibilite o pleno desenvolvimento físico, psíquico, cognitivo e emocional de todas as crianças com ou sem necessidades especiais, assim como para a relevância da estimulação precoce nesse processo.

Referências:

ARRIAGADA, H. M. **Consideraciones generales sobre estimulación temprana.** In S., Braslic, J. M., Haeussler, M. I., Lira, H., Montenegro & S., Rodríguez. *Estimulación temprana: importancia del ambiente para el desarrollo de niño* (2ª ed., pp. 13-36). Santiago Chile: Alfabet, 1978.

BRASIL. **Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce:** o portador de necessidades educativas especiais. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 1995

CABRAL, I. E. **Aplicação da estimulação essencial à criança hospitalizada.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 42, n. 1/4, p. 90-92, 1989.

HERREN, H., & HERREN, M. P. **Estimulação psicomotora precoce.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MARINHO, H. **Estimulação essencial**. Rio de Janeiro: Sociedade Pestalozzi do Brasil, 1976.

MARTINS, P. C. R.; MOSER, M. H. **Desenvolvimento psicomotor da criança no lar e na creche**. Revista Médica Hospital São Vicente de Paulo, [S. l.], v. 8, n. 18, p. 20-28, 1996.

NARANJO, C. **Algunas lecturas y trabajos sobre estimulación temprana**: Programa Regional de Estimulación Temprana de UNICEF. México: Printed, 1981.

PÉREZ-RAMOS, A. M. Q., & PÉREZ-RAMOS, J. **Estimulação precoce**: serviços, programas e currículos. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.

RAMOS, A. M. Q. P. (1978). **Estimulação precoce**: *informações básicas aos pais e profissionais*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

SAFAR, R. N. C. **Elementos de análise para a compreensão da estimulação precoce como direito social**. Barueri: Minha Editora, 2011.

TISI, L. **Estimulação precoce para bebês**. Rio de Janeiro: Sprint, 2010.